

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR, *CAMPUS* DE
SOROCABA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Gabrielle Christina Bento Bueno

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA NEGRA EM ESCOLAS DA REGIÃO DE SOROCABA E
O IMPACTO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

SOROCABA/SP
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Gabrielle Christina Bento Bueno

**A PRESENÇA/AUSÊNCIA NEGRA EM ESCOLAS DA REGIÃO DE SOROCABA E
O IMPACTO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba, para obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia.

SOROCABA/SP
2021

Bueno, Gabrielle Christina Bento

A presença/ausência negra em escolas da região de Sorocaba e o impacto na formação da identidade das crianças do ensino fundamental anos iniciais / Gabrielle Christina Bento Bueno -- 2021.

51f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Marcos Francisco Martins

Banca Examinadora: Ademir Barros dos Santos, Claudia Regina Vieira

Bibliografia

1. Educação. 2. Relações Étnico-Raciais . 3. Identidade.
I. Bueno, Gabrielle Christina Bento. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



14/07/2021 SEI/FUFSCar - 0423918 - Grad: Defesa TCC: Ata

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - CCPedL-So/CCHB

Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264, s/n - Bairro Itinga, Sorocaba/SP, CEP
18052-780

Telefone: (15) 32295978 - <http://www.ufscar.br>

DP-TCC-ADP nº 21/2021/CCPedL-So/CCHB

Graduação: Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso

Ata da Defesa Pública (GDP-TCC-ADP)

Aos quatorze dias do mês de julho de 2021, por meio de videoconferência, realizou-se a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Gabrielle Christina Bento Bueno do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, devidamente matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, perante a Banca Examinadora, composta pelos Professores Marcos Francisco Martins, Ademir Barros dos Santos e Cláudia Regina Vieira segundo o estabelecido nas Normas para apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso.

Após a apresentação e arguições, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos nas normas supracitadas:

Nome do Docente	Função	Nota
Prof.º Dr.º Marcos Francisco Martins	Orientador	9,5
Prof.º M.e Ademir Barros dos Santos	Membro da Banca 1	9,5
Prof.ª Dr.ª Cláudia Regina Vieira	Membro da Banca 2	9,5

Com isso, o Trabalho foi considerado aprovado, com nota final 9,5.

Sorocaba, 14 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Francisco Martins, Professor(a) Efetivo(a)**, em 14/07/2021, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **0423918** e o código CRC **DC63D74E**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.011881/2021-65 SEI nº

https://sei.ufscar.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=475716&informacao_sistema... 1/1

DEDICATÓRIA

Àquela que sempre me possibilitou enxergar para além do que se pode ser visto.

AGRADECIMENTO

Eu agradeço primeiramente a mim, que apesar do cansaço, de todas as barreiras encontradas e estar vivendo (e sobrevivendo) em meio a uma pandemia, consegui concluir o curso que tanto me faz bem. Agradeço por não ter desistido apesar dos pesares.

Aos meus pais e irmão que, mesmo quando eu achava que não era possível, me incentivaram e apoiaram com tudo o que tinham, e também com o que não tinham. Obrigada por fazerem parte da minha história, por incentivarem meus sonhos e compreender minhas ausências.

À minha família que sempre acreditou em mim. Obrigada por cada chamada de vídeo em momentos em que eu não pude estar presente, por cada pedaço de bolo guardado. Obrigada Vô, por sempre me esperar sorridente, pelos cochilos sincronizados e por me ensinar tanto.

Sou muito grata pela minha rede de apoio, composta por amigos e amigas, colegas de profissão, pais e mães de alunos, a todos os incríveis e encantadores alunos que tive a oportunidade de afetar e ser afetada. Obrigada Júlia e Luísa por cada crise acolhida.

Agradeço a UFSCar, que me proporcionou um ambiente cheio de possibilidades, incertezas, descobertas, encantamentos. Se hoje sou uma profissional feliz, grande parte deve ao fato das trocas, dos começos e recomeços, dos encontros e desencontros.

É com muito carinho que agradeço a equipe de profissionais que fizeram parte da minha formação. Em especial ao Celso, que sempre esteve disposto a me auxiliar nos momentos de angústia, ou quando eu estava perdida, ou os dois. Você é luz!

E para encerrar, não poderia deixar de agradecer ao Marquinhos e Ademir, que me fizeram enxergar um afeto e acolhimento que eu ainda não tinha presenciado na graduação. Ao olhar atento, risada boba e momentos de tensão. Obrigada por tudo.

Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.
Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) apresenta dados que nos levem a refletir sobre as diferenças históricas e estruturais, que acarretam na presença/ausência do povo negro em diversos espaços, aqui abordado, especificamente, dentro do ambiente escolar, nos anos iniciais do ensino fundamental. Tomou-se como problema da pesquisa, cujos resultados estão aqui apresentados, a seguinte pergunta: qual tem sido o impacto que a presença/ausência negra em escolas da região de Sorocaba tem provocado no processo de construção da identidade das crianças do ensino fundamental dos anos iniciais? Na busca de resposta à pergunta da investigação, desenvolveu-se uma pesquisa de tipo bibliográfica e documental, com viés qualitativo. O objetivo foi o de conhecer o cenário das referidas escolas, particularmente, em relação à presença/ausência negra e ao modo como isso tem afetado a construção da identidade das crianças. Assim constituído, este TCC, de início, aborda o conceito de identidade e identidade negra. Após, é discutida a presença do povo negro na sociedade brasileira e, também, na cidade de Sorocaba, especificamente tratando dessa problemática nas escolas públicas e privadas. No fechamento o texto, é apresentada a análise sobre a construção da identidade do povo negro com base no documento Projeto Político Pedagógico, restrito às escolas privadas e públicas de Sorocaba, com recorte feito a partir de escolas que esta pesquisadora já atuou.

Palavras-chave: educação, ensino fundamental, identidade, relações étnico-raciais, RMS (Região Metropolitana de Sorocaba).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de homicídios por raça/cor, 2002/2010.

Tabela 2 - Relação percentual de cor ou raça dos alunos do 5° ano da Escola Pública Municipal.

Tabela 3 - Relação percentual de cor ou raça dos alunos do 5° ano da Escola Pública Estadual.

Tabela 4 - Origem étnica das famílias da Escola Pública Municipal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A redenção de Cam.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MS: Ministério da Saúde

PPP: Projeto Político Pedagógico

SIM: Sistema de Informações de Mortalidade

SVS: Secretaria de Vigilância em Saúde

SUMÁRIO

1. Introdução	14
1.1. Memorial	14
1.2. Apresentação da pesquisa	19
2. A construção da identidade negra	25
2.1. Sobre o conceito de identidade	25
2.2. A identidade do povo negro	29
3. A presença do povo negro na sociedade brasileira e em Sorocaba/SP	32
3.1. O povo negro na sociedade brasileira	32
3.2. O povo negro em Sorocaba/SP	35
4. A presença negra nas escolas públicas e privadas da região de Sorocaba	37
4.1. A presença de negros em escolas públicas da região de Sorocaba	37
4.1.1 Escola Pública Municipal	38
4.1.2. Escola Pública Estadual	39
4.2. A presença de negros em escolas privadas da região de Sorocaba	40
4.2.1. Escola Privada	40
5. Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas públicas e privadas de Sorocaba, a partir dos PPPs	41
5.1. Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas públicas, a partir do PPP	41
Neste tópico, os PPP das escolas investigadas serão apresentados e analisados separadamente.	41
5.1.1. Escola Pública Municipal	41
5.2. Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas privadas, a partir do PPP e Plano de Gestão Escolar	46
5.2.1. Escola Privada	47
5.2.2. Escola Privada 1	47
6. À guisa de conclusão: considerações sobre a construção da identidade negra nas escolas públicas e privadas da região de Sorocaba.	49
7. Referências	51

1. Introdução

A introdução dessa pesquisa é dividida em dois pontos: o memorial e a apresentação da pesquisa.

Resolveu-se trazer o memorial para o TCC para que se compreenda a real importância e significado dessa pesquisa e nele procura-se apresentar isso. A propósito, compreender o que me trouxe até aqui é uma das funções do memorial. Nela está minha trajetória escolar, meus medos, anseios e questões. É, basicamente, o conjunto de memórias, construções e desconfortos que me conduziram.

Por sua vez, a apresentação da pesquisa vem com o intuito de familiarizar o(a) leitor(a) ao tema trazido, apresentando-lhe, além do tema, o problema, objeto, objetivos, justificativas e metodologia.

1.1. Memorial

Nasci em Campinas, dia 03 de junho de 1997. Foi uma surpresa para todos, já que minha chegada era esperada apenas para três meses após essa data. Não posso deixar de registrar aqui como, desde o início, minha família lutou por mim e foi responsável por me mostrar caminhos e possibilidades.

Tratando da minha infância, a maioria das memórias que me vem à cabeça são caracterizadas por muita brincadeira, riso e afeto. Essa trajetória só foi possível por conta das pessoas incríveis que a compuseram: minha família, meus amigos e as escolas que passei.

Recordo poucas características das minhas professoras da educação infantil, mas fazem parte da minha memória momentos festivos, como festas juninas e como eu sempre gostei do fato de serem comemoradas no mês do meu aniversário. De um colega que estudou comigo e morava no mesmo bairro que eu, ele era deficiente físico. Lembro da rede de apoio que as crianças faziam para tentar possibilitar maior acesso, inclusão e facilidade de locomoção, mesmo antes de saber o que esses termos significavam. Lembro-me de, anos após, receber a notícia que esse colega havia falecido.

Meu coração se enche de afeto ao lembrar do rodízio que era feito entre minhas tias e minha mãe para me buscar na escola, dentro das disponibilidades de

cada uma, por conta dos respectivos trabalhos, e como, independente quem fosse me buscar, sempre passávamos no barzinho da esquina pra comprar um doce.

Já no ensino fundamental, estudei os dois primeiros anos em uma escola que era na rua da minha casa. Sempre pedia para os meus pais me deixarem ir sozinha para a escola, e ficava brava sem entender o motivo da recusa. Hoje entendo tamanho zelo e cuidado. Não me recordo de muitos detalhes desse início, mas algo que me marcou foi a professora com cabelo cor de fogo, Margareth se não me falha a memória, que era intensa, vívida, e sempre disposta a me auxiliar quantas vezes fossem necessárias até que eu compreendesse a questão.

Terminei o ensino fundamental e médio em uma rede privada, na cidade de Valinhos, que só foi possível por conta de não pagarmos, devido ao trabalho do meu pai. No início eu morava muito distante e nenhuma van tinha disponibilidade de me buscar em casa, então minha mãe, todos os dias, pegava um ônibus e me levava até metade do caminho para que eu pudesse embarcar na van. Foram anos difíceis, principalmente após o nascimento do meu irmão, quando ela fazia esse trajeto comigo, uma criança de 6/7 anos, e um bebê de meses.

Essa trajetória na rede privada me trouxe muitas reflexões que só hoje, adulta e com mais conhecimento a respeito de certos assuntos, entendo o que se passava. Porém, no tempo em que vivia, não entendia certas questões que vivenciava em relação ao grupo que eu era inserida, composto, em sua grande maioria, por pessoas brancas e com mais dinheiro.

Durante esses anos tive o prazer de ter professoras e professores que me marcaram demais, através das suas práticas, propostas, agir, possibilitar e abrir caminhos. Eu poderia fazer uma lista de nomes, que me marcaram e me fizeram enxergar a beleza e imensidão que o ensino possui. A admiração que possuo por cada um é imensa.

Nessa mesma escola, sempre me incomodou o fato de ter poucos educandos negros e negras. Professoras/es negras/os me recordo de duas, contando o ensino fundamental e médio, e o número de educadores/as era grande, considerando que o quadro era composto por professores/as especialistas e não mais pedagogas/os. Ou seja, professores(as) responsáveis por disciplinas específicas, como Inglês, Matemática, Física, entre outras.

Foi nesse meio em que me vi sempre acompanhada de amigas/os e colegas/os, mas nunca me encaixava; vi meus colegas realizando sonhos e tendo

projeções, enquanto eu só estimava me formar; vi os beijos, romances e namoros iniciarem, enquanto eu nem era vista. E quando digo “nunca me encaixava”, me refiro aos grupos, numa perspectiva social, a qual eu estava sempre deslocada devido a algum fator, seja ele partindo de mim para o coletivo ou do coletivo para mim.

O processo de ensino-aprendizagem nunca foi uma questão difícil de lidar para mim, visto que eu sempre gostei muito de estudar e tive professores/professoras e amigos/amigas que me auxiliavam demais nesse processo. Contudo, embora meus pais constantemente tenham me apoiado e incentivado a cursar o ensino superior, eu não me via como apta a estar nesse universo. Havia também a barreira econômica, que me deixava muito insegura em relação a fazer a graduação e todos os gastos que eu e minha família teríamos que custear.

Enfim, formada: Ensino Básico Completo. Vi-me perdida, sem saber o que fazer, para onde ir, o que buscar. Já me intrigava o fato de querer lecionar, sempre me lembrando das professoras e professores incríveis que tive, como eles mudaram épocas da minha vida e como eu amava estudar e compartilhar o aprendizado. Foi então que comecei a reconhecer e analisar a interseccionalidade gênero, raça (cf. MUNANGA, 2000) e classe, nas minhas vivências e escolhas.

O que me motivava, para além de todos os motivos citados anteriormente descobertos ao longo do caminho, era a possibilidade de transformar essas relações que eu tinha vivenciado dentro do ambiente escolar, tornar a vivência dessas crianças negras real dentro do ambiente escolar, contemplando suas necessidades, sonhos, projetos, brincadeiras, desafios, medos. Para que, assim, com o apoio do corpo docente e gestão, elas sejam vistas e que seja criado um ambiente em que elas vivam, e não apenas sobrevivam, ilhadas das demais crianças, sem com elas partilharem a potencialidade da socialização e dos aprendizados proporcionados pelos espaços escolares.

De fato, minha intenção era a de me habilitar profissionalmente para proporcionar que as crianças negras possam pertencer e aproveitar plenamente dos espaços escolares, possibilitando-lhes, através da educação, que futuros sejam transformados e que reflexões que tive apenas quando adulta façam parte do cotidiano escolar, permitindo que os/as educandos/as se tornem escribas dos seus próprios caminhos: sem medo, sem restrições, cheio de possibilidades.

E, então, chegou o momento, pós formatura no ensino básico, em que eu tive que decidir qual seria o meu caminho. Formei-me também como Técnica em Alimentos; porém, não me via trabalhando nesse setor, visto que ele contempla habilidades voltadas à indústria e, naquela época, imaginava que, como profissional desta área, as práticas seriam mais restritas a desenvolvimentos, avaliações e implementações, e meu desejo de atuação se distinguia muito das possibilidades de atuação que eu tinha.

Iniciei o Técnico em Química, cursei por seis meses; porém, percebi que estava indo pelo mesmo caminho, qual seja: embora amasse o curso, exercer a profissão não seria a realização das minhas projeções para o ambiente de trabalho em que eu gostaria de atuar profissionalmente.

Comecei, então, a pesquisa por universidades e faculdades; estudei as grades, os itinerários, todas as possibilidades que pude e me lembrei na época. Foi nesse período em que resolvi tentar vir para a UFSCar Sorocaba, e o que mais me chamou atenção na época era por ser uma universidade muito bem reconhecida no mercado de trabalho e, também, a proximidade com a cidade em que eu residia, Campinas.

Com a minha nota do Enem, eu consegui entrar na UFSCar, o que foi motivo de grande alegria para toda a minha família, já que fui a primeira a ingressar no ensino superior. Desde o início, e como preferência também em outras universidades que prestei, a Pedagogia foi a minha primeira opção.

O primeiro ano da minha graduação, para minha surpresa, foi o mais tranquilo. Embora tenha passado por todo o processo de adaptação de estudo, moradia, amizades, convívio familiar e mil outras coisas, pude aproveitar muito os espaços da universidade, estudos em grupo, biblioteca. Esse primeiro ano no ensino superior, meu pai custeou todas as minhas despesas, mesmo em meio a muitas dificuldades econômicas.

A partir do segundo ano na UFSCar, vivi outro cenário. Iniciei o estágio remunerado e permaneci realizando-o até o final do meu curso. Esse espaço do qual pude fazer parte, dentro das escolas, foi muito importante para que eu pudesse entender e articular a teoria com a prática.

Nessa trajetória, tive a oportunidade de trabalhar em escolas públicas e privadas, e havia algo que me incomodava em ambas: a quantidade de alunos/as negros/as e quais cargos possuíam as pessoas negras que ocupavam aqueles

espaços, ou seja, qual seria a leitura daquelas crianças em relação às projeções possíveis para seus futuros. E não só crianças negras, mas também não-negras, qual seria a leitura de mundo delas, a partir desses contextos em que elas estavam inseridas.

Esse olhar me fez problematizar essa questão em todos os espaços que passei, mesmo que apenas com as outras estagiárias, mas sempre achei importante incentivar essa criticidade em relação ao pertencimento. Certa vez, uma das minhas colegas do trabalho comentou sobre o “teste do pescoço¹”, o qual você, ao girar o pescoço, faz essa leitura sobre quantos negros/as há ali e qual função social deles naquele local.

O teste em questão foi feito por mim e pelas demais estagiárias, que, ao girar nossos pescoços nos diversos ambientes da escola, constatamos: quase não haviam estudantes negros/as na escola, podendo contar nas mãos; os negros/as que trabalhavam ali eram todos terceirizados, não tendo, de fato, vínculo empregatício com o local, ausência de muitos direitos trabalhistas e ocupando cargos de limpeza e portaria; a única pessoa negra, dentro do grupo pedagógico, era eu, estagiária.

A famosa democracia racial sendo posta à prova ano após ano, escola após escola. E foi assim que o tema que mais me inquietou até então se tornou o meu campo de pesquisa, resultado apresentado através desse trabalho.

A democracia racial, termo que teve início na década de 1950, após o próprio termo “democracia” ganhar espaço nos discursos políticos, devido às eleições para presidente da república, teve visibilidade através do Brasil (DA SILVA KERN, 2014).

[...] o Brasil passaria a ser tomado como exemplo a ser seguido pelos demais países, em função de sua característica democracia racial: baseada na ideia de que, por aqui, predominariam relações raciais harmônicas, onde o preconceito racial seria praticamente inexistente (DA SILVA KERN, 2014, p. 3).

Quando falamos sobre escolas e a democracia racial, tendo como exemplo e análise as escolas aqui abordadas, nota-se que “relações harmônicas” não é o melhor vocábulo a ser utilizado. Anterior ao ambiente escolar, a questão racial já é um debate amplo nas diversas instâncias sociais. Nelas, vemos que as diversas formas de racismo, seja ele estrutural, recreativo, individualista, institucional, ou

¹ "Existe racismo no Brasil? Faça o Teste do Pescoço e descubra" 8 jul. 2013, <https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/>. Acessado em 28 jun.. 2021.

afins, acabam sendo reproduzidas e perpetuadas, também, dentro do ambiente escolar.

1.2. Apresentação da pesquisa

Como se pode observar no “memorial” apresentado no item anterior dessa “Introdução” ao TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), foi a minha experiência de vida e as vivências que tive em ambientes escolares que me levaram a formular o projeto de pesquisa, cujos resultados são apresentados neste trabalho acadêmico. As partes constituintes da pesquisa estão neste tópico apresentadas: tema, problema, objeto, objetivos, justificativas e metodologia.

De fato, o tema da pesquisa começou a ser gerado no início dos meus estágios, quando me vi inserida no ambiente escolar como educadora. E foi nesse momento em que me encontrei na responsabilidade de analisar e refletir sobre o ambiente em que estava inserida e como poderia trazer essa reflexão através da prática pedagógica, vivências e olhares existentes naquele espaço.

E foi então que algo começou a me incomodar mais do que o comum: o fato de termos, dentro desses ambientes escolares e formadores, pessoas negras apenas em cargos terceirizados e de base, e alunos/as, por muitas vezes, dois ou três em toda a escola, no que se refere ao setor privado.

Contudo, a escola privada não foi a única a estar dentro desse cenário excludente. Ao me deparar com a escola pública, os mesmos aspectos se repetiam: poucas crianças negras participavam daquele espaço de ensino-aprendizado; funcionários/as negros/as ocupavam, contudo, cargos de limpeza, manutenção e portaria, ou seja, postos considerados de menor importância e que não traziam reconhecimento profissional. Onde estão essas crianças negras, se não na escola? Quais referências as crianças negras e não-negras estão tendo e como esse indivíduo é identificado em relação às possibilidades e potencialidades do povo negro de acordo com este ambiente (a escola)?

E foi assim que, após muita reflexão e debate, surgiu o tema da pesquisa, cujos resultados estão neste TCC apresentados: a presença/ausência negra em escolas da região de Sorocaba e o impacto na formação da identidade das crianças do ensino fundamental, nos anos iniciais.

Em relação ao objeto a ser investigado, eu defini algumas das escolas em que já tive a oportunidade de compor o quadro de funcionários, em específico, como estagiária. Dentre as escolas selecionadas, optei por duas do setor público e duas do setor privado, aqui tratadas através de pseudônimos, quais sejam:

- Escolas públicas:
 - Escola Pública Municipal;
 - Escola Pública Estadual;
- Escolas privadas:
 - Escola Privada;
 - Escola Privada 1;

Os objetivos da investigação eu os delimito em “geral” e “específicos”. O objetivo geral eu assim o sistematizei: analisar como se dá a construção da identidade das crianças negras com base na análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e como isso interfere na construção da identidade das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Por sua vez, os objetivos específicos ficaram assim delimitados:

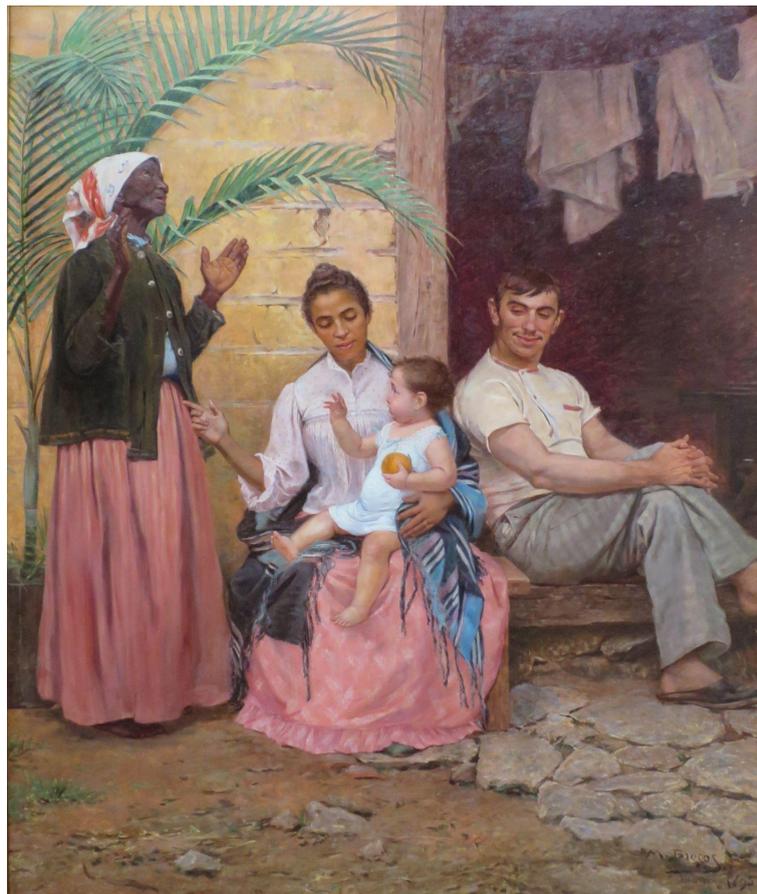
- levantar os Projetos Político Pedagógicos das escolas investigadas, para neles verificar quais são as diretrizes – se é que existem – que apresentam para o adequado trabalho com as questões ético-raciais relativas à comunidade negra;
- analisar produções bibliográficas que tratam das influências no processo de construção da identidade nas crianças, de uma maneira geral, e nas crianças negras, de modo particular;
- identificar e analisar quais são as referências negras trabalhadas e vistas, dentro dos ambientes escolares investigados;

Sobre as justificativas, cabe dizer que, dado o país em que vivemos, refletir sobre as desigualdades sociais e raciais não demanda muito esforço, uma vez que basta olhar ao redor para percebê-las com clareza, em todos os ambientes sociais. Não é por acaso que até “teste do pescoço”, que consiste em o indivíduo movimentar o seu pescoço de forma a olhar todo o ambiente em que está, é suficiente observar a ausência dos/as negros/as em espaços mais elitizados, econômica, política e culturalmente, ou mesmo para identificar pessoas negras e fazer uma rápida constatação sobre quais espaços e/ou posições sociais que ela ocupa, que recorrentemente é de pouco reconhecimento social e baixo salário.

Nosso país sofreu, em sua história, grande violação e até os dias de hoje, elas refletem nas relações e na estrutura da sociedade. Se a chegada dos/as negros/as se deu por meio de uma vinda forçada, com privação de direitos, escravização e dificuldade de sobrevivência diária, a realidade atual não se afasta muito deste cenário.

Em um cenário onde a relação com o negro e sua negritude é sempre violenta, temos um exemplo sobre como ter a pele escura nunca foi bem visto, e é uma análise, infelizmente, que se mantém na atualidade. No quadro “A redenção de Cam”, de Modesto Brocos (1895), é ilustrada uma família, que é composta por uma avó negra, que ergue as mãos aos céus por ter tido um neto branco, filho de uma mãe negra e um pai branco (Figura 1).

Figura 1: A redenção de Cam.



Fonte:

<<https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>

Esta obra nos mostra muito do contexto atual, onde negros e brancos ocupam posições diferentes: os primeiros e uma posição econômica, social, política e cultural inferiorizada em relação aos outros. E isto é decretado a partir do nascimento, determinado por sua cor. Como relata revista Exame (2018), ao trazer dados da desigualdade entre branco e negros no Brasil: “Política, crime, trabalho e renda: onde quer que se olhe, brancos e negros moram em dois países completamente diferentes” (CALEIRO, 2018, s/p.)

Ao olhar para a escola, ambiente que deveria proporcionar para as crianças, no geral, caminhos e meios para o pleno desenvolvimento, descobrimento de si mesmo/a, pertencimento e auto identificação como sujeito de deveres e direitos, me veio à questão: onde estão as crianças negras? Como a história das pessoas negras, ancestrais dessas crianças, está sendo contada, se é que está sendo? Como as diretrizes para o processo de ensino-aprendizagem, expressas nos PPP das escolas investigadas, orientam o trabalho docente?

Ao parar para refletir sobre esses questionamentos, me veio à mente toda a minha própria trajetória de vida e escolar, como mulher negra, como estudante negra, e quantas possibilidades e vivências poderiam ter sido diferentes e como inúmeros processos dolorosos e demorados, poderiam ter sido “naturalizados” e mais humanizados.

O ato de pensar na educação, como meio de transformação e emancipação, se dá não apenas nos grandes processos sociais, mas também nesses “pequenos” detalhes da vida cotidiana que, por inúmeras vezes, a discriminação, o preconceito e o racismo estrutural são naturalizados, silenciando os sujeitos oprimidos. As crianças têm o direito de aprender a conviver com as diferenças, a se olhar e se entender como ser racializado, e a olhar e entender o/a outro/a como diferente, mas também portador de dignidade humana. De modo que todo esse processo de vida cotidiana e escolar possa se dar, pedagogicamente, de forma respeitosa, humanizadora e em contínuo desenvolvimento cognitivo e afetivo, favorecendo a todos e todas, independentemente de qual seja a identidade do sujeito, da sua situação econômica, da sua cor, credo, origem e orientação sexual.

Metodologicamente, no início do projeto, pensamos em três vertentes para a construção da pesquisa: questionários, análise documental e bibliográfica. Seria dado início à pesquisa lidando com o embasamento teórico a respeito dos principais conceitos a serem empregados na investigação, como é o caso do de identidade.

Posteriormente, seria feito o questionário, a ser aplicado às crianças, pais e funcionários das escolas investigadas. Após, seria conduzida a comparação da quantidade de crianças negras e não-negras, conforme as autodeclarações feitas no questionário, e o número de crianças negras e não-negras da cidade de Sorocaba e do Brasil, conforme bases de dados como o IBGE, a fim de sistematizar e compreender essa relação numérica documentada.

De fato, a aplicação do questionário estava prevista para avaliar os referenciais de vida das crianças negras e não-negras, dos pais e funcionários da escola. Contudo, devido a pandemia, esse processo teve que ser alterado, visto que se tornou inviável a aplicação dos questionários, que por sua vez teria que ser realizado de forma *online*. Pensando nas diversas realidades sociais e nas dificuldades que poderiam ser encontradas em meio à toda a burocracia que nos depararíamos (por exemplo: solicitação de autorização junto ao Conselho de Ética da UFSCar, via Plataforma Brasil) e às dificuldades de aplicação dos questionários (por exemplo: dificuldades de acesso de alunos/as de escolas públicas aos meios digitais), entendemos coletivamente (pesquisadora, orientador e coorientador) que seria mais viável prosseguir com a pesquisa de forma documental e bibliográfica.

A referida alteração na metodologia da pesquisa inicialmente formulada fez com que o item 5 da pesquisa, antes intitulado como “Os referenciais de vida das crianças nas escolas públicas e privadas da região de Sorocaba”, fosse alterado, tendo sido redefinido e intitulado de “Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas públicas e privadas de Sorocaba, a partir dos PPP’s”. Sendo assim, será feita a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas investigadas, a fim de levantar dados a respeito das questões étnico-raciais e como elas são abordadas na dinâmica dos processos de ensino-aprendizagem.

Devido à pandemia, e a impossibilidade de acesso dos Projetos Políticos Pedagógicos de forma digital, tive que ir até as escolas para efetuar as pesquisas nos documentos citados. Com isso, tendo em mente a saúde e a preservação das crianças e funcionários da escola, não foi permitido o acesso a uma das escolas que eu planejava ter presente na pesquisa. Dessa forma, obtive retorno positivo de três escolas, sendo elas: Escola Pública Municipal, Escola Pública Estadual e Escola Privada. Todas aqui tratadas por pseudônimos, como anteriormente dito. A escola que não compôs o grupo de objetos, está nomeada aqui como Escola Privada 1.

Ciente dos prejuízos que a modificação da metodologia possa ter causado na pesquisa, mas consciente que, mesmo assim, o trabalho pode colaborar, em alguma medida, para a compreensão dos limites e possibilidades da construção da identidade das crianças, particularmente aquelas do povo negro, passo a apresentar abaixo os resultados da investigação.

2. A construção da identidade negra

Ao longo da nossa vida passamos por muitas construções pessoais e sociais. Neste tópico, trarei a definição de identidade, de acordo com seu significado, utilizando o dicionário como base.

O conceito de identidade para Stuart Hall é aqui apresentado e ele é baseado nos sujeitos do iluminismo, o sociológico e o pós-moderno. Além disso, articula-se à análise de Milton Santos e o conceito de globalização que ele desenvolveu. Esta análise aponta os processos sociais em meio a essa globalização, identificando a educação como área também afetada. Após isso, é citada a Constituição, na qual há a garantia de que, por lei, a educação é um direito social.

Ainda dentro deste tópico, trazemos a seguinte questão: dentro da já negligenciada educação, como se dá a construção da identidade negra dentro do espaço escolar? Isso é discutido a partir de apontamentos sobre as vivências plurais da infância, de como se dá o processo de ensino aprendizagem, o racismo e a formação de educadores. O texto se encerra trazendo para o debate a necessidade de educadores antirracistas, através de uma nova formação adequada, e a necessidade de novos materiais e recursos didáticos.

2.1. Sobre o conceito de identidade

Quando pensamos entender o significado de alguma palavra, um dos primeiros recursos frequentemente utilizados é o dicionário. Nele podemos encontrar definições, sinônimos, antônimos, ortografia, pronúncia, entre outras muitas informações sobre o termo que se procura conhecer. Contudo, quando se trata de conceitos que fazem parte da dialética da vida, instável e mutável, podemos nos basear apenas nessa definição? Nestes casos, o dicionário pode ser um recurso a utilizar, mas somente ele não é suficiente.

De acordo com o Dicionário Michaelis (2021), uma das definições de “identidade” é “[...] série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las”. Porém, como creditar tudo o que queremos referenciar apenas em duas linhas, sem nos atentar à origem do termo, os significados dados popularmente a ele, às ciências que os discutem, aos diversos conceitos teóricos e a todas as abstrações que são formuladas?

A sociedade, em se tratando de sua constituição, foi e continua sendo permeada por contrastes, paradoxos, paradigmas estabelecidos para a legitimação de poder, bem como a hegemonia e a ideologia na relação entre as classes dominantes e as dominadas, tendo em vista todas as formas de identificação e racionalização da consciência dos indivíduos. As relações de poder sempre estiveram presentes na construção e na constituição da sociedade, sendo que as necessidades de cada indivíduo dependem da representatividade em que ele é inserido, tendo como suporte os valores sociais e subjetivos perante o contexto e a inserção no mundo (SANTINELLO, 2011).

Torna-se necessário compreender e tratar a identidade como algo individual, mas que perpassa por variados âmbitos do ser humano, inclusive o social. Este é um dos grandes responsáveis pela forma que o indivíduo se entende e é entendido como sujeito identitário.

Para Stuart Hall (2006), há uma mudança estrutural relativa ao conceito de identidade. Ele a denomina como "deslocamento ou descentração do sujeito" (HALL, 2006, p. 7) e diz:

Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 2006, p. 7)

No livro "A identidade cultural na pós-modernidade", Hall aborda três conceitos de identidade, a partir do sujeito presente em cada um deles: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Explica-os assim:

1. Sujeito do Iluminismo:

Indivíduo totalmente centrado, unificado, no qual o "centro" é o núcleo interior, que nasce e se desenvolve com o sujeito. Esse centro essencial do eu é a identidade do sujeito. Concepção individualista do sujeito e sua identidade (cf. HALL, 2006).

2. Sujeito Sociológico:

Concepção Interativa entre o eu e a sociedade. O núcleo interior do sujeito não é autônomo e auto suficiente, mas formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que media, para o sujeito, seus valores, sentidos e símbolos - a cultura do mundo que ele habita. O exterior influencia o interior, há um diálogo contínuo entre os mundos (interior e exterior) e as culturas. Início da fragmentação

do sujeito, que agora é entendido como um misto de mundos culturais e, conseqüentemente, identidades (cf. HALL, 2006).

3. Sujeito Pós-Moderno:

Não tem uma identidade fixa. Ela é constantemente formada e transformada, de acordo com as relações que o sujeito estabelece com os sistemas culturais. Há identidades diferentes, presentes no mesmo indivíduo, utilizadas de acordo com o momento. Há identificações culturais temporárias e múltiplas (cf. HALL, 2006).

Partindo dessa abordagem, a pós-moderna, cabe a nós refletir esse trajeto histórico que a sociedade percorreu. Quais e quantas influências culturais o sujeito pós-moderno perpassou até o que o constitui atualmente.

O nome não representa a essência do ser humano, tampouco o seu sexo. A experiência ética da pós-modernidade possibilita a dissolução da exigência de se permanecer para sempre como um sujeito centralizado, pois o fim das narrativas totalizantes rompe o contrato social de cunho patriarcalista seguido pela cultura ocidental (BITTENCOURT, 2014, p. 133).

As dinâmicas impostas pela sociedade, o ambiente ao qual o sujeito está inserido, é da famosa globalização. Ela não mais se refere apenas a questões de comércio, de transações econômicas em geral, mas também de vivências entre os sujeitos que estão em constante contato neste momento cujas fronteiras foram diminuídas pelo desenvolvimento tecnológico.

De acordo com Santos (2001), há três formas de entender o mundo: como fábula, como perversidade e como possibilidade. A globalização como fábula, vem do pressuposto de um conjunto de fantasias que, por haver tanta repetição, se torna algo sólido. A globalização como perversidade ocorre quando se manifesta através da pobreza, desemprego, fome, educação de qualidade praticamente inacessível. Entretanto, ele alega haver possibilidade de uma globalização mais humana, desde que repensemos os objetivos com os quais trabalhamos, visando aos fundamentos sociais e políticos da vida digna.

O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a "mistura" de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. (SANTOS, 2001, p. 20 e 21)

Essa forma de globalização nos faz refletir sobre a hierarquização das importâncias e relevâncias, sejam elas emocionais, comerciais, educacionais, sociais, entre outras. Processo esse que põe à prova a humanização do indivíduo e como ele é visto em meio a todos os processos sociais que ocorrem no contexto em que vive. Dentre as muitas problemáticas que carrega, a globalização afeta, também, o setor educacional.

Um dos direitos garantidos e respaldados por lei é a educação. Na Constituição Federal de 1988, ela aparece como o primeiro dos direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, s/p. – negrito nosso)

O Art. 23 estabelece a educação como “[...] competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à **educação**, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 1988, s/p. – negrito nosso). Além disso, a Constituição dedica toda uma seção de um dos capítulos à educação (“CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO” - BRASIL, 1988, s/p.) e nela reza: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988, s/p.)

Por sua vez, em consonância com a Constituição, a Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atribui ao Estado o dever de assegurar o “[...] pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercício da cidadania” (BRASIL, 1996, s/p.). Ainda a respeito dessa Lei, no Artigo 3, há os princípios base para esse ensino: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Essa educação referida na legislação nacional perpassa pela práxis social, política e econômica. Entende-se, então, a partir da lei, que é de responsabilidade do Estado assegurar a todas as crianças, independente de cor, raça ou classe, o adequado suporte educacional, a fim de efetivar o pleno desenvolvimento individual, o respeito de si e do lugar que ela ocupa na sociedade.

Como ser social e individual, é necessário que a criança tenha acesso às plenas condições, materiais e imateriais, de construir para si o que ela é, isto é, a própria identidade.

2.2. A identidade do povo negro

A formação da identidade da criança negra, entendida como direito, se fomenta através das experiências, vivências e contatos que a mesma possui no contexto vivido. Todo esse processo se inicia quando o ciclo social das crianças deixa de ser apenas o familiar, ampliando-se para demais possibilidades, como é o caso da escola. De fato,

O sistema escolar, além de envolver uma gama de pessoas, com características diferenciadas, inclui um número significativo de interações contínuas e complexas, em função dos estágios de desenvolvimento do aluno. Trata-se de um ambiente multicultural que abrange também a construção de laços afetivos e preparo para inserção na sociedade (OLIVEIRA, 2000, s/p.).

As vivências da criança, atreladas ao estudo, são cruciais no processo de formação da concepção do indivíduo sobre si mesmo, da percepção do eu, bem como do outro e do coletivo social. É desde esse início que as identidades vão sendo formadas, daí a necessidade de nos atentarmos às pluralidades, à diversidade humana existente. Por isso, é necessário cuidar das experiências de vida das crianças e, particularmente, dos processos de ensino-aprendizagem aos quais ela é submetida, para que neles nenhuma perspectiva desumana e desumanizadora prevaleça. No caso das escolas, deve-se aproveitar das possibilidades de descolonizar os currículos, por meio de uma educação que seja antirracista.

Segundo Carone e Bento (2002), o legado do racismo é cumulativo, para negros e brancos, e extrapolam as questões comumente abordadas, como os ônus e bônus. As pessoas brancas, de alguma forma, intencionalmente ou não, se beneficiam dessa condição. É uma visão de mundo, chamada de identidade racial.

O debate a respeito dessa questão identitária parte, então, do pressuposto de que há uma dívida histórica a ser sanada e que as consequências que as

acompanha não diz respeito a um povo ou raça ²exclusiva, mas de uma guerra a ser travada sim pelo povo negro, mas não somente por ele.

Qualquer que seja sua forma, o multiculturalismo está relacionado com a política das diferenças e com o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas. Por isso, a discussão sobre o multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e da diversidade cultural para a formação da cidadania como pedagogia anti-racista (MUNANGA, 2005, p. 7).

Olhar para a identidade como potência para desbravar caminhos que possibilitem agregar e contemplar a todos, considerando suas semelhanças e diferenças, é muito significativo. É o início da busca, que tem como ponto de chegada uma visão mais crítica em relação à sociedade, ressignificação das suas vivências e abertura para uma nova forma de manifestar seu apoio à luta e a leitura que se faz a respeito do próximo.

Em uma sociedade em que as pessoas negras são, diariamente, violentadas exclusivamente pelo fato de existirem como negras, torna-se necessário o debate, não só por parte das pessoas negras, mas para e com todas as pessoas, independentemente da cor da pele. Este debate pode, através da construção e desconstrução das subjetividades coletivas, das concepções de cada um, possibilitar uma diferente realidade para o futuro das crianças, no qual haverá, ao menos, a dúvida que levará ao estudo e mudança de prática social, quem sabe não mais marcada pelas violências diárias.

Para que essa prática seja efetiva dentro das escolas, há a necessidade de uma transformação nos currículos. E não apenas no ensino básico, mas também no superior, formando assim educadores/as embaixados/as para mediar uma educação antirracista.

[...] a formação de educadores/as para o combate ao racismo e a produção de recursos didático-pedagógicos alternativos para a discussão do racismo, da discriminação racial e compreensão das desigualdades geradas por eles (SILVA, 2001, p. 66).

A fala acima se refere à linha de ação do Movimento Negro, que se divide em uma nova formação de educadores, de um lado, e produção de recursos didático-pedagógicos, de outro. Nesta discussão, Silva (2001) aborda a necessidade

² "Uma abordagem conceitual das noções de raça ...", Prof. Dr. Kabengele Munanga. <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

de mudança nos livros didáticos, currículos escolares e formação de educadores/as antirracistas para todos os níveis de ensino.

Como educadores/as comprometidos com a educação antirracista, há a necessidade de olharmos para a educação a fim de contemplar todas as suas singularidades, pluralidades e incoerências, com vistas a construí-la na perspectiva emancipatória e não opressiva.

3. A presença do povo negro na sociedade brasileira e em Sorocaba/SP

Presença é uma palavra que trata de algo ou alguém. Os tópicos a seguir têm como objetivo nos mostrar a importância de compreendermos quão significativo é a presença, em específico, do povo negro na cidade de Sorocaba e, também, um comparativo com o povo negro no Brasil. Ele aborda a chegada do povo negro no país e as consequências desse cenário atualmente dentro dos âmbitos nacionais (Brasil) e local (Sorocaba).

Assim é que, em 25 de novembro daquele ano de 1808, quando recebe o rei, se vê necessitando mão de obra nova, até porque a Revolução Industrial atingia quarenta anos de idade na Inglaterra.

Então, concedeu-se terras a estrangeiros, exceto negros, que aqui viessem buscar vida nova. Estrangeiros, sim; negros, não... porque se negro nem sequer é gente, que dizer gente estrangeira? Nada mais lógico: sem nem sequer ser gente, nem mesmo dono de si mesmo, como poderia ele ser digno de ser dono da preciosa terra, que cultivava apenas sob o manto e o mando de seus donos brancos? (MARTINS, 2017, p. 9).

É dentro desse cenário que o povo negro é visto como nada e impossibilitado de acessar concessões, que iniciamos a discussão sobre a presença e seu significado dentro de um espaço que despreza o povo negro.

3.1. O povo negro na sociedade brasileira

Quando falamos de presença, no sentido de se estar em algum lugar no momento presente, é importante entender o ponto de partida e assim poder compreender, mesmo que minimamente, o caminho traçado até os dias atuais. A história dos negros no Brasil se inicia de forma escravagista. Como destacam Santos e Martins (2019):

Assim chegaram os escravos ao Brasil: dominados, renomeados, desumanizados... Não cidadãos, porque meros animais de carga e tração. Animais que, durante dois séculos, disputaram, palmo a palmo, com os índios – chamados então “negros da terra” – a hegemonia do indesejado status de escravo. (SANTOS; MARTINS, 2019, p. 8)

Quando a história de um povo se reestrutura dessa forma, com histórias sendo apagadas, corpos são escravizados e obrigados a seguir uma nova cultura,

leis e ordens, há um apagamento social sobre quem e o que realmente aquele grupo representa e é.

Para além dessa invisibilidade, o texto de Santos e Martins (2019) traz ainda outros aspectos vivenciados pela população negra, abordando as leis da época, que sempre desfavoreciam o negro, como a lei que concede terras aos estrangeiros que viessem ao Brasil, com exceção dos negros; ou uma emenda à Constituição, que determinava que negros e leprosos eram proibidos de frequentar as escolas.

O povo negro é inserido na sociedade brasileira de forma indigna, sendo visto exclusivamente como alguém que está ali para servir. Especificamente no Brasil, a trajetória do povo negro foi ainda mais extensa e perpassa por inúmeras etapas até que cheguemos na atualidade. Segundo o Portal Geledés (2015), o Brasil foi o último país americano a abolir a escravidão³, no ano de 1888.

Esta trajetória histórica tão recente carrega consigo impactos vividos até hoje na sociedade brasileira. A visão do corpo negro como um produto, nascente na época em que a escravidão era legal, continua a ser reproduzida em nossa sociedade atual, na qual os corpos negros ainda ocupam esse espaço e são marginalizados e negligenciados.

No Brasil, “a carne negra continua sendo a mais barata do mercado”, como nos diz a música “A carne”, de “Seu” Jorge e Marcelo Yuka. Ela nos faz refletir sobre as vivências e sobrevivências do povo negro.

A carne mais barata do mercado é a carne negra (5x)
que vai de graça pro presídio
e para debaixo de plástico
que vai de graça pro subemprego
e pros hospitais psiquiátricos (SOARES, 2001, s/p.).

Mesmo após anos da abolição, a taxa de mortalidade por homicídio da população negra mantém os percentuais muito altos e em uma linha crescente, conforme aponta a tabela a seguir.

³Veja o mapa: "Dados da abolição da escravidão nos países americanos - Geledés." <https://www.geledes.org.br/datas-da-abolicao-da-escravidao-nos-paises-americanos/>. Acessado em 22 jun.. 2021.

Tabela 1 – Percentual de homicídios por raça/cor, 2002/2010.

ANO	PARTICIPAÇÃO %		DIFERENÇA %
	BRANCA	NEGRA *pretos e pardos	
2002	41,0	58,6	42,9
2003	39,7	59,6	50,3
2004	38,0	61,5	61,6
2005	35,4	64,2	81,1
2006	34,3	65,2	90,0
2007	32,0	67,6	111,0
2008	31,0	68,5	120,8
2009	30,6	69,0	125,8
2010	28,5	71,1	149,0
TOTAL	34,5	65,1	89,0

Fonte: dados retirados da tabela 2.1 do Mapa da violência - a cor dos homicídios (SIM/SVS/MS, 2012).

É um histórico que se repete, mostrando ao povo brasileiro qual é o futuro que essa nação almeja para quem tem a pele negra. Nota-se que a diferença é constante e crescente entre os índices percentuais, em desfavor da população negra. Os dados acima são da população total, ou seja, neles estão inseridos: bebês, crianças, jovens, adultos e idosos. Todos com o destino predestinado por um país que não os deseja ou que os deseja apenas na condição de subalternidade social, política e cultural, e de inferioridade econômica, que foram historicamente produzidas desde o período da colonização no Brasil.

Para compreender melhor esse cenário e o motivo desse número de mortes, constante e crescente da população negra, é necessário compreender como se dá, como foi construída a estrutura social do país. Silvio de Almeida (2019) defende que o racismo é sempre estrutural, ou seja, se trata de uma teoria social, que orientou a estrutura da sociedade brasileira.

O racismo é *processo político*. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político, caso contrário seria inviável a *discriminação sistemática* de grupos sociais inteiros (ALMEIDA, 2019, p. 40).

Desse modo, a nossa sociedade só pode ser compreendida com os conceitos raça e racismo. Entende-se, então, que o racismo é inerente à sociedade. Por isso, a única maneira de combatê-lo é através de práticas antirracistas.

3.2. O povo negro em Sorocaba/SP

A escravidão na cidade de Sorocaba não se deu de forma muito distinta do panorama geral brasileiro, embora historicamente tenha sido classificada como “branda” pelos próprios sorocabanos. Silva (2014) destaca o fato de que a grande maioria dos escravos, que foram trazidos durante o século XVI, foi resultado de “tráfico interno”.

Segundo dados da pesquisa de Cavalheiro (2006;2010) os primeiros negros que chegaram a Sorocaba eram escravizados da Guiné, propriedades de Balazar Fernandes, fundador de Sorocaba. A situação econômica peculiar da região sorocabana - fora do eixo de produção da economia de exportação - explica porque a população escrava não era tão numerosa se comparamos esta região a outras do tipo açucareiras ou cafeicultoras.

No século XVI o cenário escravocrata sorocabano, era largamente composto de escravizados trazidos de outros estados brasileiros. O chamado tráfico interno ou interprovincial era intensificado pelo aumento do comércio local que por sua vez era movido pelas atividades de tropeirismo. Conforme Cavalheiro (2006) Sorocaba contava com uma quantidade considerável de escravizados, embora concentrado nas mãos de poucos proprietários (SILVA, 2014, p. 80).

Como já abordado anteriormente, é necessário traçar a linha histórica, a fim de compreender a realidade atual e seus desdobramentos. Sorocaba não só foi palco de grande exploração humana, mas também foi fundada por um dos maiores proprietários de escravizados da cidade: Baltasar Fernandes (1580-1667).

Utilizando de todas as possibilidades de opressão, repressão e condições desumanas, não contentes em escravizar e utilizar de um povo em prol dos seus benefícios, o Brasil encontrava-se, ao final do século XIX, implementando novas medidas:

[...] as condições que foram submetidas a população negra da época. Dentre elas, destacamos: a proibição de manifestações afro-brasileiras e de cultura caipira, como fandango, capoeira e batuques, dentre outros (SILVA, 2016, p. 69).

Todo esse doloroso processo vivido pelo povo negro reflete diretamente na forma que, ainda hoje, a população se relaciona com sua cor, sua cultura, sua história. O caminho a se percorrer para que haja, de fato, uma “reparação”, quando se é violentado por tanto tempo, é longo e difícil.

A cor da pele tornou-se, na sociedade de classe, uma condicionante para as atividades social e economicamente reconhecidas, em que negros e brancos são tratados de formas pretensamente iguais, impondo ao negro os trabalhos penosos e ao branco os de chefia, possibilitando a manutenção dos privilégios de uma “raça” em detrimento da outra (MONTEIRO, s/d, s/p).

As lacunas abertas resultadas por todo esse histórico, faz com que o povo negro permaneça, ainda hoje, com desvantagens sociais e econômicas. Dentre elas, está a identificação por raça ou cor. Apenas atualmente, século XXI, estas discussões estão ocorrendo, validando a importância de todo esse processo de descoberta e pertencimento.

Em Sorocaba, segundo o Silvério (2014), negros e pardos são 22,5% da população, número que corresponde a pouco menos de ¼ da população do município.

Para Ademir Barros dos Santos, estudioso da africanidade e membro do Núcleo de Cultura Afro-Brasileira (Nucab) da Uniso, o aumento da população afrodescendente é atribuído a duas vertentes. A primeira é pelo estímulo de discussões sobre o que é o negro e o que é ser negro, seja por meio dos movimentos e da ação efetiva da militância. Santos revela que, antes, principalmente os pardos, escondiam a sua própria cor por medo ou até vergonha. "Hoje essa discussão tem permitido que as pessoas apareçam e assumam sua cor." Outra vertente, acrescenta, é o aparecimento da cultura negra e mestiça e, conseqüentemente, a sua valorização (SILVÉRIO, 2014, s/p.).

4. A presença negra nas escolas públicas e privadas da região de Sorocaba

A análise sobre a presença dos negros nas escolas públicas e privadas da região de Sorocaba se inicia de forma comparativa. Através da página da web “QEdu”, uma base de dados educacionais, tornou-se possível acessar informações referentes às escolas públicas, tais como: Prova Brasil (alunos do 5º ao 9º ano); matrículas; taxas de aprovação, abandono e reprovação; censo escolar; distorção idade/série; infraestrutura escolar; Ideb; nível sócio econômico; entre outros.

Dentre os dados disponíveis para utilização e pesquisa, foi selecionado para este trabalho autodeclaração racial, obtidos através da Prova Brasil e classificados de acordo com a faixa etária. Os textos abaixo apresentam esses dados.

4.1. A presença de negros em escolas públicas da região de Sorocaba

Quando o assunto é a educação básica, falamos de um direito fundamental que é respaldado por lei. A Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009 assegura:

Art. 208

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR) (BRASIL, 2009, s/p.).

Assim sendo, contempla, dentro da média padrão, todos os anos do ensino fundamental e médio. Nos itens abaixo, discutiremos sobre o recorte raça/cor, quais são as pessoas que compõem a escola, dentre elas: educandos, educadores, gestão, limpeza, portaria, e demais funções.

A situação social e econômica dos alunos, inclusive a raça, tem um impacto significativo nos resultados de aprendizagem. Os alunos de origens mais pobres não têm as mesmas oportunidades que seus colegas em melhor situação e tendem a frequentar escolas de qualidade inferior. Isso prejudica suas oportunidades na vida, medidas por sua inserção no mercado de trabalho e rendimentos, refletindo e agravando as desigualdades no País (A educação no Brasil: uma perspectiva internacional, 2021, p. 22).

4.1.1 Escola Pública Municipal

A Escola Pública Municipal, segundo QEdU (2020), é localizada na área urbana da cidade de Sorocaba e possui 445 alunos(as) matriculados(as) nos anos iniciais (1° ao 5° ano). Dentre eles, os alunos do 5° ano, que realizaram a Prova Brasil 2019 e, conseqüentemente, preencheram o questionário contextual⁴. A Prova Brasil é realizada pelos alunos do 5° e 9° ano, por isso selecionamos aqui o 5° ano, já que o mesmo faz parte dos anos iniciais do ensino fundamental.

A partir dos dados fornecidos por eles através de autodeclaração racial, obtemos os seguintes dados:

Tabela 2 - Relação percentual de cor ou raça dos alunos do 5° ano da Escola Pública Municipal

AUTODECLARAÇÃO	
COR OU RAÇA	PERCENTUAL (%)
BRANCOS	72
PARDOS	2
PRETOS	21
AMARELOS	0
INDÍGENAS	3
NÃO SEI	2

FONTE: Microdados da Prova Brasil/INEP 2019.

Os dados percentuais nos revela uma grande discrepância entre o número de alunos(as) brancos(as) e alunos(as) indígenas, pardos(as) ou pretos(as), indo de acordo com os dados citados anteriormente, relacionados a pardos(as) ou negros(as) comporem menos de ¼ da população do município.

Questiona-se, então, se o ambiente escolar citado é, de fato, um ambiente plural e que possibilita às crianças vivências diversas, através da multiculturalidade,

⁴ "Questionário Contextual - Prova Brasil - Academia QEdU." <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/questionario-contextual/>. Acessado em 29 jun.. 2021.

quando se trata de questões raciais. Os dados mostram que a resposta a este questionamento é negativa.

A identidade do povo negro, dentro de um ambiente majoritariamente branco, demanda uma construção pedagógica, que precisa, além do obrigatório pela Lei 10.639/03 (socialização da história e cultura africana e afro-brasileira), mediar os acesso a uma sociabilidade que sejam respeitosa da diversidade étnico-racial.

4.1.2. Escola Pública Estadual

A escola em questão, segundo QEDu (2020), fica localizada na área rural da cidade Salto de Pirapora e possui 137 alunos(as) matriculados(as) nos anos iniciais (1° ao 5° ano). Dentre eles, os(as) alunos(as) do 5° ano, que realizaram a Prova Brasil, e tiveram seus dados computados, aqui com o recorte escolhido conforme cor e raça:

Tabela 3 - Relação percentual de cor ou raça dos alunos do 5° ano da Escola Pública Estadual

AUTODECLARAÇÃO	
COR OU RAÇA	PERCENTUAL (%)
BRANCOS	78
PARDOS	0
PRETOS	17
AMARELOS	0
INDÍGENAS	0
NÃO SEI	5

FONTE: Microdados da Prova Brasil/INEP 2019.

A relação cor/raça nos mostra, novamente, uma discrepância enorme entre as crianças que se autodeclararam brancas e as crianças pretas. Contudo, os dados se mostram, mais uma vez, coerentes com o percentual de pessoas pretas do município de Sorocaba.

4.2. A presença de negros em escolas privadas da região de Sorocaba

Quando se trata da rede privada, o acesso aos dados referentes à autodeclaração racial se torna mais difícil. É de suma importância que, em meio a ficha preenchida na matrícula, haja a autodeclaração.

Entretanto, como veremos abaixo, nem sempre é o que ocorre, porque os dados das escolas privadas ficam restritos.

4.2.1. Escola Privada

A importância da computação dos dados para a aplicação de políticas públicas é algo inquestionável dentro do ambiente escolar, visto que é a base das ações e construções, como, por exemplo, os PPPs ou Plano de Gestão Escolar. Sem os dados, não há como fazer, com base científica, com base na realidade, projetos pedagógicos, planejamentos educacionais para enfrentar os problemas de fato existentes.

Para ter acesso a essas e demais informações, ao ir à escola, tive a oportunidade de questionar alguns pontos e sanar algumas dúvidas. A gestão, quando questionada em relação à autodeclaração racial presente na ficha do(a) aluno(a), me informou que não há essa questão e que esses dados não eram computados pela escola. Ou seja, a situação é um pouco pior do que a não disponibilização dos dados, porque, pela fala da gestão da escola, sequer eles são colhidos.

Dentro das possibilidades da escola, grande e de renome nacional, surpreendeu-me de início. Contudo, ao parar para refletir, muitos pontos, muitos questionamentos me vieram. Entendendo a escola particular como uma empresa, a dinâmica pessoal de interesses particulares, por vezes, se sobrepõe a todas as outras. Questões norteadoras do processo, como autodeclaração racial, deixam de ser tão importantes.

E, mais uma vez, voltamos ao racismo estrutural mencionado por Silvio Almeida (2019), que explicita como algo naturalizado, já tão inserido nas estruturas que, por vezes, já está definido nas três esferas: individual, institucional e estrutural, de forma subjetiva e à vista do Estado.

5. Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas públicas e privadas de Sorocaba, a partir dos PPPs

Neste tópico, mostraremos a importância de um currículo antirracista e a aderência ou não desse debate pelas escolas através da análise dos Projetos Político Pedagógicos e, conseqüentemente, dos conteúdos que são discutidos em sala de aula.

5.1. Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas públicas, a partir do PPP

Neste tópico, os PPP das escolas investigadas serão apresentados e analisados separadamente.

5.1.1. Escola Pública Municipal

A Escola Pública Municipal é criada, segundo PPP (2020), com a finalidade de contemplar a formação escolar e educacional dos filhos de ferroviários da cidade. De início, era um Instituto, mas a Prefeitura Municipal de Sorocaba firmou convênio e contrato de comodato oneroso, tornando-o uma escola municipal após fusão com uma escola já existente.

A Escola Pública Municipal é um dos marcos históricos da cidade de Sorocaba cujos fazeres sempre estiveram conectados ao seu desenvolvimento, oportunizando saberes e vivências educativas aos filhos e filhas dos trabalhadores (as) que ajudaram a construir a nossa cidade (PPP, 2020, p. 5).

O Projeto Político Pedagógico da escola em questão é do ano de 2020, atualizado em junho. Pelo do sumário, é possível mapear quais são os pontos mais relevantes para análise da pesquisa.

O tópico 3, Marco Conceitual, nos traz os seguintes pontos: função social da escola, avaliação, currículo e diversidade. Foi escolhido também um dos itens do tópico 5, Marco Operacional, que traz o plano pedagógico.

A missão da Escola Pública Municipal “é oferecer educação integral, oportunizando o desenvolvimento cognitivo, social,

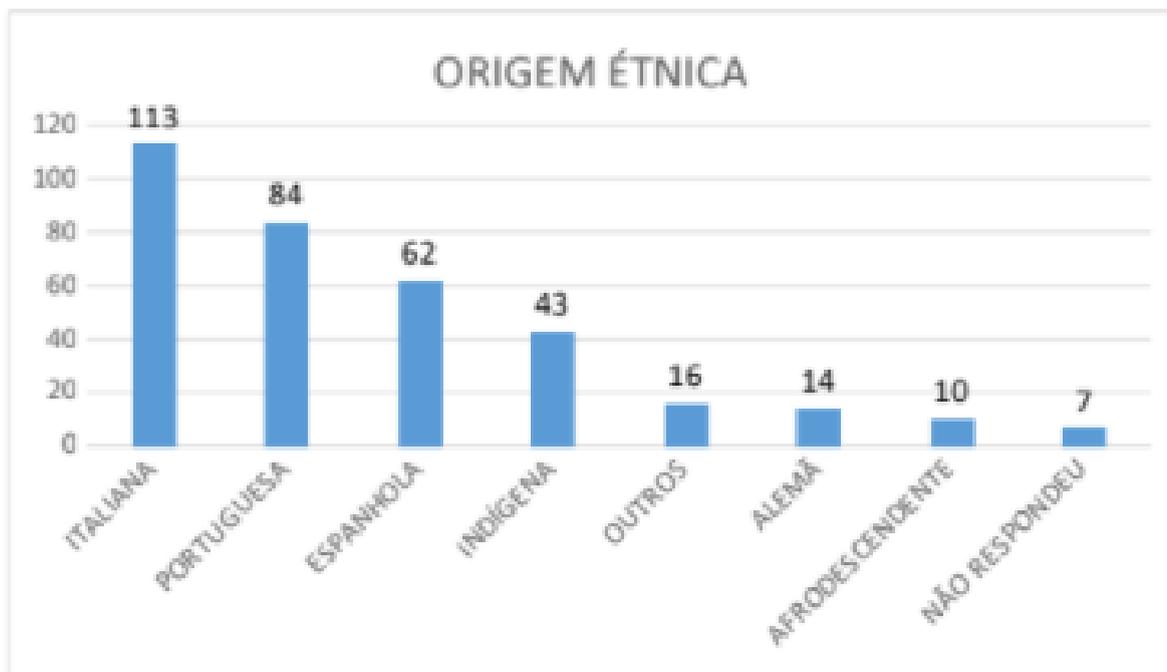
político, afetivo e solidário aos estudantes do 1º ao 9º ano, possibilitando-lhes atuar com ética na sociedade, por meio de práticas pedagógicas diversificadas, parcerias e valorização da equipe escolar” (PPP, p. 5).

Dentro do PPP, foram escolhidos pontos a serem discutidos neste trabalho; são eles:

1) Caracterização dos familiares:

Este ponto contém dados obtidos através de pesquisas diagnósticas realizadas com as famílias. Segue exemplo, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Origem étnica da famílias da Escola Pública Municipal



Fonte: Projeto Político Pedagógico.

É possível verificar, conforme os dados apresentados na tabela, que dentre 349 alunos, apenas 10 se autodeclararam afrodescendentes, número que se torna um indicador quando paramos para pensar sobre a presença/ausência dentro das escolas.

Quando pensamos esse número de forma percentual, temos um indicador ainda mais alarmante, pois entre os 100% dos alunos da escola, apenas 2,86% possuem origem étnica afrodescendente.

Cabe dizer, ainda, que essa tabela nos possibilita analisar de forma comparativa as etnias e classificá-las de acordo com raça/cor, permitindo a análise, mesmo que rápida, com vista a favorecer a fácil compreensão. A maioria esmagadora das famílias, de acordo com as características fenotípicas de cada país, possui pele clara, ou seja, entram para o percentual raça/cor branca.

2) Marco Conceitual:

Pretende explicitar as concepções e princípios que fundamentam o trabalho nesta instituição educacional, dentre as quais destacamos: o papel da escola; o estudante e seu desenvolvimento; a avaliação escolar, o currículo, a diversidade e a formação continuada. Observe-se que a função social explicita bem o conceito orientador do processo de ensino-aprendizagem, marcado pela questão diversidade (“necessidades diferenciadas”):

[...] função social da escola: apresenta sua visão sobre o estudante, entendendo-o “como ser único, com características e necessidades diferenciadas e busca desenvolver o potencial máximo possível de cada indivíduo (PPP, 2020).

3) Currículo:

Toda ação educativa da escola envolve um conjunto de decisões e ações voltadas para a garantia dos Direitos de Aprendizagem para todos (PPP, 2020).

[...] diz respeito “à variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto e muitas vezes pode ser encontrada na comunhão de contrários, na inserção de diferenças ou ainda, na tolerância e respeito mútuos. (Marco Referencial de Sorocaba, 2017, p. 62)

Destaca-se na citação, cujo conteúdo deve orientar o currículo, o respeito mútuo e as diferenças, o que vai ao encontro da construção de relações étnico-raciais não discriminatórias.

Dentro do currículo, há um destaque às competências do processo de aprendizagem, que são assim descritas topicamente: autonomia; argumentação; conhecimento; consciência ambiental; convívio social e postura cidadã; cultura digital; educação financeira; ética e crítica; inteligência emocional, empatia e alteridade. Cada um desses tópicos são descritos no documento, qual seja o PPP da escola.

4) Diversidade:

Diz respeito à “[...] variedade e convivência”, podendo ser de ideais, características ou elementos diferentes entre si. Diz o PPP o seguinte sobre esse tema:

Diante da atual conjuntura, torna-se imperativo dentro do contexto escolar, o debate acerca das relações étnico-raciais; relações de gênero e sexualidade e inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação, a fim de provocar ações de combate ao preconceito e a discriminação que hierarquiza com vistas à construção de um mundo mais humano” (PPP, 2020).

Por se tratar de tema presente no PPP que diz respeito diretamente ao problema neste TCC discutido, a questão do preconceito e da discriminação aparecem textualmente mencionadas.

5) Educação para as Relações Étnico-Raciais:

O documento aponta as relações étnico-raciais como um desafio, visto que o ambiente escolar precisa superar a mentalidade racista e discriminatória, ultrapassando o etnocentrismo europeu para, enfim, alcançar uma reeducação, na qual negros e não-negros tenham acesso e valorizem a história dos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali.

Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013, p. 501 *apud* Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 53).

A estrutura do Projeto Político Pedagógico da Escola Pública Municipal faz a análise do(a) aluno(a) como indivíduo de direitos, único e detentor de cultura. No decorrer dos pontos, nota-se que a questão étnico-racial vai para além das obrigações respaldadas por lei, mas há intencionalidade nas palavras, construções e projeções.

Dentro desse panorama, a escola entende que o estudo sobre a História da África, afro-brasileira e indígena faz parte da construção da identidade, visto que compõe a diversidade brasileira. Há espaço para a construção de uma educação antirracista, que confronta e traz desconforto, um terreno fértil de possibilidades e descobertas.

5.1.2. Escola Pública Estadual

Logo ao chegar na escola, após apresentar o tema da minha pesquisa e minhas intenções sobre a análise do PPP, a diretora me informou que, possivelmente, não encontraria nenhuma informação sobre o que estava procurando.

O documento em questão é composto por informações técnicas e de ordem executivas, tais como: caracterização da escola e ambiente escolar, descrição analítica dos principais processos de gestão, objetivos e metas da escola, entre outros. De fato, ao olhar superficialmente, não se encontra algo que possa remeter ao tema. Mas, conforme o desdobramento dos tópicos, encontramos questões referentes aos conteúdos programáticos do ensino fundamental.

Na apresentação, defende-se que, para além de ser uma exigência legal, o PPP revela a identidade da escola.

[...] permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola (BNCC 2018-2021).

Dando continuidade ao documento, há ainda um fato muito interessante e que é essencial para a compreensão sobre a escola e seus desdobramentos. A Escola Pública Estadual é uma escola rural.

A escola apresenta, no decorrer dos tópicos, as metas a serem alcançadas. São elas:

- capacitar 100% dos professores da unidade escolar;
- sanar 10% das defasagens na alfabetização dos alunos do 1° ao 5° ano;
- melhorar 20% a competência leitora e escritora;
- melhorar 30% a competência dos alunos em matemática;
- as metas almejadas pela equipe são equiparar a aprendizagem da maioria dos alunos aos conteúdos mínimos exigidos nos anos correspondentes;
- a inserção dos alunos dentro de um ambiente de aprendizagem deverá ser de forma gradativa e efetiva, não somente para atender a legislação em vigor que é Escola para Todos, com ensino de qualidade.

Como pode-se notar, as demandas da escola são muitas, tendo como meta diversos pontos que, comparados às demais escolas aqui citadas, não entraria nem em questão ou porque não é uma demanda da escola, visto que já foi sanado, ou por terem objetivos e metas questões diversas, partindo de um outro olhar para a escola.

Ao final, mesmo em meio às expectativas de aprendizagem, a questão racial não é citada. São pontuados aspectos mais diretos à defasagens no processo de alfabetização e letramento, e matemática, voltados às disciplinas de Português e Matemática.

5.2. Análise sobre a construção da identidade negra no ensino fundamental de escolas privadas, a partir do PPP e Plano de Gestão Escolar

Neste subitem, faremos a análise do PPP e do Plano de Gestão Escolar, com vistas a verificar a construção da identidade negra.

5.2.1. Escola Privada

Esta escola traz como documento norteador e base o Plano de Gestão Escolar, que se difere das demais escolas; porém, é só uma questão de identificação, tendo o mesmo propósito.

Novamente, ao apontar os objetivos da minha pesquisa e materiais necessários, tive, logo de início, uma negativa em relação ao fato de que não seriam encontradas informações relacionadas à questão étnico-racial e suas demandas.

Ao analisar o sumário, responsável por conter os assuntos que serão abordados no documento, não visualizei nada que pudesse me levar a encontrar os dados necessários referentes às questões étnico-raciais.

Esse plano tem como objetivo ampliar o entendimento sobre a relevância das ações pensadas em conjunto no espaço escolar e dar legitimidade à identidade da escola, uma vez que representa o seu perfil e revela as necessidades de cada ator dentro da sua realidade (PLANO DE GESTÃO ESCOLAR, 2020, p. 3).

A continuidade se dá com os itens: organização das etapas de ensino; diagnósticos, objetivos, metas e plano de ação.

Dentro desses pontos, a escola aborda a necessidade de integrar os(as) alunos(as), tendo como objetivo utilizar as competências socioemocionais da BNCC. Relata redirecionamento das propostas de trabalho para conseguir promover um ambiente de “empatia, cooperação, e colaboração” (Plano de Gestão Escolar, 2020), visto que todos(as) foram muito afetados(as) emocionalmente devido a propagação de notícias de tragédias, como é o caso das mortes relacionadas à pandemia de coronavírus.

Enfim, não há sequer menção da questão racial dentro do Plano de Gestão Escolar.

5.2.2. Escola Privada 1

A escola em questão utiliza o documento PPP, mas não foi possível consultar o documento, uma vez que a mesma não o disponibilizou para compor os dados da pesquisa, como mencionado anteriormente. Devido a pandemia, a escola só estava aceitando a entrada de alunos(as) e membros(as) do quadro de funcionários(as).

6. À guisa de conclusão: considerações sobre a construção da identidade negra nas escolas públicas e privadas da região de Sorocaba.

O trabalho em questão nos permite analisar as diferentes formas de compreender e potencializar as construções da identidade, em suas diferentes perspectivas e possibilidades. O conceito de presença é significativo nesse aspecto, até porque pode gerar desconfortos mobilizadores de ações didático-pedagógicas no ambiente escolar.

As escolas de Sorocaba e região pesquisadas apresentaram-se como ambientes de difícil pertencimento para o povo negro, uma vez que estão, em sua grande maioria, ocupadas por pessoas brancas. Devemos ainda nos atentar ao fato de que esses dados dizem respeito a crianças que estão no início do ensino fundamental, portanto, em pleno processo de construção da identidade; se nele não há referências positivas ao povo negro, por exemplo, ocupando espaços e posições de destaque, será difícil, senão impossível, que a identidade construída seja antirracistas.

Quando tratamos da rede privada citada, há a compreensão de que o acesso aos dados autodeclarados étnico-raciais é dificultoso, quase impossível de acessar, devido a não computação dos mesmos ou ainda a não coleta deles. A problemática a respeito dessa questão se deve ao fato da necessidade de levantamento desses dados para que, respaldados neles, os planejamentos e as ações tenham um direcionamento de acordo com a realidade vivida e almejando a superação de problemas como o racismo, o preconceito e discriminação étnico-racial, enfim, visando a uma sociedade que respeite as diferenças e que sejam plural.

A construção da identidade dessas crianças, que são respaldadas por lei a ter a uma educação plena para o exercício de cidadania, se encontra em meio a Projetos Políticos Pedagógicos e Plano de Gestão Escolar que não contemplam toda potencialidade e diversidade para acolher esse processo tão importante que é o pertencimento e identificação. Em outras palavras, esses documentos que direcionam a totalidade da vida escolar, no que concerne às escolas investigadas, não acolheram ainda a necessidade de lidar com o respeito à diversidade étnico-racial, mesmo sendo o nosso país uma nação tão diversa.

No que diz respeito ao cumprimento das leis e diretrizes e bases da educação brasileira, que se referem ao ensino obrigatório da história e cultura

afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais, tais como a Lei 10.639, Art. 26-A, observa-se que há negligência quanto à prática do que elas determinam ou até mesmo a não realização, configurando assim uma dificuldade de superar o racismo institucional, que é apoiado pelo racismo estrutural.

A análise sobre os cargos e funções exercidos por pessoas negras, normalmente colocadas no ambiente escolar em posições de inferioridade e de pouco *status*, se torna apenas mais um componente que, a depender da interpretação, seria apenas coincidência. A vivência dentro dessas escolas me fez perceber que nós, povo negro, não podemos nos deixar levar pelas expectativas que a sociedade tem sobre nós, que ainda, infelizmente, é bastante negativa, nos fazendo acreditar que servimos apenas para serviços de base, tão somente ocupantes de posições que resultam na exploração de nosso trabalho manual, sendo silenciados mesmo após libertos. Liberdade essa que foi conquistada com muita luta do povo negro e, até os dias atuais, traz consigo indicadores consequentes dessa “libertação”, como os de classe, econômicos, emocionais, entre outros.

Urge a necessidade de, apesar de toda dificuldade gerada por uma estrutura econômica, social, política e cultural racista, continuarmos lutando para ocupar lugares cada vez mais altos, para termos conhecimentos a respeito da nossa identidade como negros e a possibilidade de ensinarmos isto e muito mais para as futuras gerações.

7. Referências

A educação no Brasil: uma perspectiva internacional. Publicado originalmente pela OCDE em inglês sob o título: Education in Brazil: an international perspective © OECD 2021 (<https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. **Psicologia social do racismo**, v. 2, p. 147-162, 2002.

Branquitude - o lado oculto do discurso sobre o negro. In: **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº59, de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br>> . Acesso em: 14 ago. 2021.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Stuart Hall e os signos da identidade cultural na pós-modernidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 154, p. 129-138, 2014.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 20 dez. 1996.

CALEIRO, João Pedro. **Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil.** 2018. Revista Exame. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DA SILVA KERN, Gustavo. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**, n. 6, 2014.

GELEDÉS, Portal. **Datas da abolição da escravidão nos países americanos.** 2015. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/datas-da-abolicao-da-escravidao-nos-paises-americanos/>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em:

<https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

<https://novo.qedu.org.br/>⁵. Acesso em: 13 jun. 2021.

MARTINS, Marcos F.; SANTOS, Ademir B. Negro Legal: apontamentos sócio-históricos sobre aspectos legais da cidadania da comunidade negra. EVANGELISTA, Francisco; MICAELA, Lucineia C.P.; CRUZ, Rubia C. (orgs.). **Africanidades, Afrodescendência e Educação**: fundamentos, experiências e lições para o porvir. Curitiba: CRV, 2017.

MICHAELIS. **Dicionário Online de Português**. Editora Melhoramentos, 2021. Disponível em:

<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/identidade/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão da identidade entre classe e raça**.(s/l)(s/d). Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f87b7d1f666a0a1d>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Palestra proferida**, n. 1º, 2005. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/33633992/Diversidade__Etnicidade__Identidade_e_Cidadania-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1625736370&Signature=Gxtlsrb0boMdNdXdJj9NO-dWfp-s45z6mWrNftRvug04wY766t~n1M0YKoZjE1IZCuC1aTIQ60hPzvTfpf0rkLWwp6mAj7UwgdOaVK0B2Mra1hZdoVkvle868jfiuNC5U9iYVbLypoQaD1uaCAZDax6GPur4JiqXBoXXWENdIPKUE2MqZ~nePisEsHYvMhsfvY5kEmrLsM33V2ezeNFv57HEUtVnf94MR6pRjyqgxsLTdiO3vJqYmCJJVUGEaewG8eBup1PSTB Mdgu--H8Y0pjgARyrBX-entELKeLRW5sN15DkflibPqQd8Ji4LV6-JGM5~UGmqNdFAQqd2pXuJA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. 5ª ed. Niterói: Eduff, 2000. p. 15-35. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Interações sociais e desenvolvimento: a perspectiva sociohistorica. **Cadernos Cedex**, Campinas, n. 20, p. 62-77, 2000.

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR. Escola Privada, Sorocaba, 2020.

⁵ Com o intuito de preservar os nomes das escolas pesquisadas, ao adicionar os *links* de acesso específicos, houve a necessidade de adicionar o *site* geral, a base de dados utilizada para acesso às informações, porque no *link* específico estavam os nomes das escolas, comprometendo o anonimato necessário à ética na pesquisa.

PPP: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Pública Municipal, Sorocaba, 2020.

PPP: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Pública Estadual, Salto de Pirapora, 2018-2021.

RONCOLATO, Murilo. **A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTINELLO, Jamile. A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 12, n. 28, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha) da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Mariana Martha Cerqueira. Movimentos sociais e educação: intervenções político-pedagógicas de movimentos negros em Sorocaba. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. 66-78, 2016.

SILVÉRIO, Telma. Negros e pardos são 22,5% da população. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/581572/negros-e-pardos-sao-225-da-populacao>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SOARES, Elza. **A carne.** Rio de Janeiro: Maianga, 2001. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/elza-soares/a-carne.html>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOROCABA. **Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.** Secretaria da Educação, 2017.

SOUZA, Luh. **Quer saber se ainda o racismo existe no Brasil? Faça o Teste do Pescoço – parte II.** 2014. Disponível em: <geledes.org.br/quer-saber-se-ainda-o-racismo-existe-no-brasil-faca-o-teste-pescoco-parte-ii/#ixzz3ZBGnGRpC> . Acesso em: 03 jul. 2021.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil.** Brasília: Cebela, Flacso, 2012.